São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Quinta-feira, 11 de abril de 2024 | Edição N º 1004

datamercantil.com.br

Banco Mundial eleva projeção de crescimento do PIB brasileiro para 1,7%

O Banco Mundial revisou a estimativa de crescimento do PIB do Brasil de 1,3% para 1,7% neste ano, e acelerou a previsão para 2,2% em 2025. Segundo o boletim Focus mais recente, divulgado pelo Banco Central, a economia do país deve crescer 1,9% em 2024 e 2% no ano seguinte.

Na contramão, o Banco Mundial cortou a previsão de crescimento econômico para a América Latina e o Caribe em 2024 para 1,6%, em comparação com a estimativa anterior de 2,3%, afirmando que a região continua a ficar atrás das taxas de crescimento registradas em outras partes do mundo.O crescimento econômico da região poderia receber um impulso necessário com o aumento da concorrência, mas a diversificação de empresas enfrenta restrições, inclusive na educação e na infraestrutura, disse o banco em relatório divulgado na quarta-feira (10).

O estudo ressalta a importância do chamado "nearshoring", o movimento de aproximar as cadeias de suprimentos de seus destinos, para o resultado econômico da região em meio às tensões globais, citando uma redução considerável de IED (investimento estrangeiro direto) na América Latina e o Caribe desde 2010.

Em 2022, a região foi a única do mundo a aumentar seu IED, segundo o relatório. "Embora tenha beneficiado a maioria dos países da região, esse aumento foi mais notável no Brasil, que consolidou sua posição de maior destino de IED, com um aumento de quase 70% em 2022", diz.

"A despeito de alguns aumentos encorajadores na América Central e Caribe, em geral, a tendência de nearshoring está, em grande medida, passando ao largo da região. Isso aponta para a necessidade de um amplo conjunto de reformas indispensáveis, bem como de um recrutamento mais agressivo de oportunidades de IED pelos governos da região".

A baixa concorrência na região é citada como uma barreira para a inovação e a produtividade, pois as grandes empresas dominam vários setores, sendo que 70% dos trabalhadores da região são autônomos ou fazem parte de empresas com menos de 10 funcionários, disse o Banco Mundial.

Folhapress

Economia

Tendência é de piora nas contas públicas do Brasil, diz Itaú

Página - 03

Planos de saúde, tomate e cebola influenciam inflação de março

Página - 03

Governo Lula e agro se aproximam por biocombustíveis

Página - 05

Produtor gaúcho de azeite adota método ultraintensivo para colher em larga escala

Página - 05

Política

Ministros de Lula entram na eleição em SP e acirram disputa entre Boulos, Nunes e Tabata

Página - 04

CCJ da Câmara aprova, por 39 a 25, manter prisão de Brazão; decisão vai a plenário

Página - 04

No Mundo

EUA e Japão selam aliança contra China com integração militar e missão à Lua

Joe Biden investiu no Japão como um dos principais aliados dos Estados Unidos em seu mandato. Na quarta-feira (10) , ao lado do primeiro-ministro Fumio Kishida, ele anunciou os principais resultados dessa estratégia: aprofundamento da integração militar, cooperação em inteligência artificial, uma missão lunar conjunta e, de bônus, novas cerejeiras para Washington.

Os dois líderes se reuniram na Casa Branca durante a manhã. É a 12ª vez que Biden e Kishida se encontram desde a posse do democrata, em 2021. A frequência reflete a prioridade dada pela Casa Branca ao país, seu maior aliado na vizinhança da China, potência vista por ambos como uma ameaça.

O principal anúncio feito nesta quarta foi o aprofundamento da integração militar. Aproveitando a suspensão do limite para exportações ligadas à defesa, os países formarão um conselho industrial militar que vai gerenciar a produção conjunta de armamentos, como mísseis.

Segundo integrantes da Casa Branca, a medida permitirá que os EUA usem a força industrial japonesa para preencher um dos pontos fracos americanos: a falta de capacidade de produção de itens estratégicos de defesa. No rol de ativos japoneses, está também a energia nuclear. Outro anúncio significativo foi a criação, junto com a Austrália, de uma rede de sistemas contra mísseis aéreos.

Falando a jornalistas após a reunião, Biden afirmou que os avanços são os mais significativos em toda a história da relação com o Japão.

"Nós concordamos que nossos países continuarão a responder aos desafios relacionados à China por meio de uma estreita coordenação", disse Kishida a jornalistas. "Também reafirmamos a importância de continuar nosso diálogo com a China e cooperar com ela em desafios comuns."

Fernanda Perrin/Folhapress

Israel mata 3 filhos e 3 netos de líder político do Hamas na Faixa de Gaza

As forças militares de Israel mataram nesta quarta-feira (10), na Faixa de Gaza, três filhos e três netos de Ismail Haniyeh, líder político do Hamas que atualmente mora no Qatar. Segundo a emissora Al Jazeera, os familiares do palestino foram bombardeados no campo de refugiados de Al-Shati, no norte do território.

Haniyeh tem sido o rosto mais conhecido da facção no exterior durante a guerra com Israel. Ele tem voz ativa nas negociações sobre a soltura de reféns e os rumos do conflito e, segundo Tel Aviv, teria planejado ataques contra israelenses. Em novembro, outra ofensiva de Israel já havia destruído a casa da família do líder.

Os filhos e netos foram mortos em um ataque com drone enquanto se deslocavam em um carro no campo de al-Shati o veículo ficou desfigurado. Segundo o Hamas, eles visitavam familiares no primeiro dia do feriado muçulmano Eid al-Fitr, que marca o fim do Ramadã com comidas típicas, reuniões entre amigos e preces específicas.

Não está claro como as mortes poderiam impactar as negociações de cessar-fogo entre Israel e Hamas. Líderes do grupo disseram na terça (9) que estavam avaliando uma proposta israelense de cessar-fogo na guerra, que já passou dos seis meses, mas que o texto era "intransigente" e não satisfazia as exigências palestinas.

"O sangue dos meus filhos não é mais caro do que o sangue do nosso povo", disse Haniyeh, 61, que tem 13 filhos e filhas no total, segundo pessoas próximas do Hamas. "Nossas exigências são claras e específicas e não faremos concessões. O inimigo se ilude se achar que alvejar meus filhos, no clímax das negociações e antes que o movimento envie sua resposta, levará o Hamas a mudar o posicionamento."

Folhapress

Explosão em usina hidrelétrica na Itália deixa ao menos três mortos e cinco feridos

Os serviços de emergência italianos procuravam nesta quarta-feira (10) quatro trabalhadores que continuam desaparecidos após uma explosão em uma usina hidrelétrica localizada em Bargi, no centro da Itália. O incidente deixou três mortos e cinco feridos.

A explosão aconteceu no subsolo da hidrelétrica de Bargi, administrada pela Enel Green Power e localizada no lago Suviana. As esperanças de encontrar sobreviventes, no entanto, se tornam cada vez mais remotas, segundo o corpo de bombeiros local.

"A esperança dos socorristas é sempre encontrar pessoas vivas. O cenário que vemos não nos faz acreditar muito nessa hipótese, mas também estamos habituados a milagres", disse o porta-voz dos bombeiros, Luca Cari.

Cari disse que a situação era muito difícil, devido à rápida subida da água no interior da usina. As equipes de resgate trabalhavam principalmente com mergulhadores, mas ainda não tinham detalhes sobre as possíveis causas e a dinâmica do acidente.

O prefeito da cidade próxima de Camugnano, Marco Masinara, chamou a explosão de "terrível acidente de trabalho, que afetou toda a comunidade". Segundo a agência de notícias AGI, os três homens que faleceram na explosão tinham 73, 45 e 35 anos.

O CEO da Enel Green Power, Salvatore Bernabei, foi imediatamente ao local na terça-feira, disse a empresa, acrescentando que colaboraria plenamente com as autoridades para apurar os fatos.

A usina estava passando por obras de eficiência. "Pelo que foi reconstruído, os testes do grupo de primeira geração já haviam sido concluídos nos últimos dias e, no momento do acidente, os testes do segundo grupo estavam em andamento", disse Enel Green Power, em comunicado.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária   *Fazemos parte da*

Tendência é de piora nas contas públicas do Brasil, diz Itaú

Economistas do Itaú Unibanco esperam uma deterioração fiscal no Brasil a partir de 2025 e dizem que o novo arcabouço não traz credibilidade de suficiente de que organizará as contas públicas no longo prazo.

Em café da manhã com jornalistas na quarta-feira (10) na sede do banco, em São Paulo, o economista-chefe do Itaú, Mário Mesquita, reconheceu que o desempenho fiscal recente do Brasil é melhor do que de outros países emergentes, já que é o único com dívida abaixo da pandemia.

Segundo Mesquita, esse desempenho fiscal positivo se deve a uma arrecadação melhor do que esperada neste ano, graças a uma atividade econômica no primeiro trimestre acima das expectativas, mais pautada no consumo interno. E também se deve a medidas pontuais de receita implementadas pela equipe econômica no ano passado.

Mas economistas do Itaú afirmaram que a tendência é que o Brasil volte a piorar suas contas públicas. A análise é de que a arrecadação extraordinária, vista nesses primeiros meses de 2024, é de curto prazo e não se repetirá em 2025, de acordo com o economista Pedro Schneider.

"O governo não está mostrando o mesmo apetite por novas medidas com validade a partir do ano que vem, então teremos menos receitas extraordinárias. E, como a gente tem visto, o esforço para redução de gastos é bem contido. Então, o gasto não vai cair e a receita será menor do que neste ano", diz.

Mesquita lembra que, estruturalmente, o país tem uma dificuldade para conter gastos e que a atual gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao contrário do que deveria ser, está aumentando as despesas, mesmo com a aprovação do novo arcabouço fiscal, substituto do Teto de Gastos de 2016.

Para Schneider, o aumento de gastos pelo governo é um dos fatores que levam a questionamentos sobre a credibilidade do arcabouço fiscal. Ele acrescentou que o fato de o instrumento ter sido instituído por meio de uma lei complementar, e não uma lei constitucional, cria dúvidas sobre a sua efetividade na organização das contas públicas, já que fica mais fácil alterar suas regras no meio do caminho.

Stéfanie Rigamonti/Folhapress

Confiança da indústria cai em abril, diz pesquisa da CNI

Após estabilidade em março, os industriais estão menos confiantes em relação à economia em abril. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) caiu para 51,5 pontos em abril, queda de 1,3 ponto em relação aos 52,8 pontos registrados em março.

Apesar da queda, o indicador continua acima da linha divisória de 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo. O índice, no entanto, mantém-se abaixo da média histórica de 54 pontos.

De acordo com a CNI, o principal motivo para a queda foi a avaliação negativa sobre o momento atual da economia brasileira. Um dos componentes do Icei, o Índice de Condições Atuais, que mede a percepção atual sobre a economia e a própria empresa, caiu de 47,5 pontos em março para 45,7 pontos em abril. Abaixo da linha de 50 pontos desde janeiro de 2023, o indicador vem caindo desde janeiro.

O Índice de Expectativas, que mede as perspectivas para os próximos seis meses, caiu de 55,4 para 54,4 pontos. Esse indicador é dividido em duas partes. A previsão positiva para a própria empresa caiu de 58,2 pontos, em março, para 57,6 pontos em abril, indicando manutenção da confiança. A previsão para a economia, no entanto, deteriorou-se, passando de 49,7 pontos para 48 pontos, ficando abaixo da linha que separa o otimismo do pessimismo.

Segundo a CNI, os movimentos indicam reversão parcial em relação ao avanço das expectativas até o fim do ano passado. Para a entidade, os industriais demonstram confiança em relação à própria empresa, mas há maior preocupação em relação à economia atual e ao cenário econômico futuro. A pesquisa foi realizada com 1.238 empresários entre 1º e 5 de abril.

Wellton Máximo/ABR

Planos de saúde, tomate e cebola influenciam inflação de março

As altas de preços dos planos de saúde, do tomate e da cebola foram os principais responsáveis pela inflação de 0,16% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em março deste ano, segundo dados divulgados na quarta-feira (10), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em fevereiro, a inflação foi de 0,83%.

O preço da cebola cresceu 14,34% no mês e o do tomate, 9,85%. Outro alimento que também teve aumento expressivo foi a banana prata (7,79%).

"Esses três produtos tiveram altas em março influenciadas por uma menor oferta. A gente tem uma questão histórica do aumento dos preços dos alimentos no verão, por conta de altas temperaturas e altos índices de chuvas [que prejudicam as colheitas]. Em 2024, esse efeito foi intensificado por conta do El Niño", explica o pesquisador do IBGE, André Almeida.

Açaí (14,20%), alho (7,90%), mamão (6,40%), laranja pera (5,49%), ovo de galinha (4,59%), leite longa vida (2,63%) e refrigerante e água mineral (1,23%) completam a lista dos dez itens alimentícios com maiores altas de preços.

Esses aumentos puxaram a inflação dos alimentos no mês (0,53%) e foram alguns dos principais responsáveis pelo IPCA de março. Apesar disso, o grupo alimentação e bebidas teve uma redução em sua taxa em relação a fevereiro, quando havia sido registrado um índice de 0,95%.

Outro item que teve contribuição relevante para a alta de preços de março foi o dos planos de saúde. Ele variou 0,77% no mês. "Isso se refere à apropriação mensal do reajuste autorizado pela ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar]",avaliaAlmeida.

O grupo saúde e cuidados pessoais teve inflação de 0,43%, resultado influenciado também pela alta dos produtos farmacêuticos (0,52%).

O grupo transportes anotou deflação (queda de preços) de 0,33% e ajudou a frear a inflação oficial como um todo, porque o IPCA recuou de 0,83% em fevereiro para 0,16% em março.

Vitor Abdala/ABR

Política

Ministros de Lula entram na eleição em SP e acirram disputa entre Boulos, Nunes e Tabata

A participação de ministros do governo Lula (PT) na pré-campanha eleitoral em São Paulo abriu uma nova frente de disputa entre Guilherme Boulos (PSOL), pré-candidato apoiado pelo presidente, Tabata Amaral (PSB), que também está na órbita governista, e Ricardo Nunes (MDB), que postula a reeleição e tem colegas de partido na Esplanada dos Ministérios.

Boulos e Tabata chegaram a dividir espaço em um evento na semana passada com o titular da Educação, Camilo Santana cada um ficou de um lado do ministro durante entrevista coletiva. Nunes já criticou o psolista por explorar a proximidade com auxiliares de Lula para fazer agendas casadas, mas diz que espera ter em seu palanque os três emedebistas que comandam pastas no governo.

A situação evidencia a dificuldade de Lula de conseguir unidade em torno de candidatos ligados ao governo e mostra que apelos do petista têm sido desrespeitados.

Tabata usa como chamariz o apoio dos pessebistas Geraldo Alckmin, que além de vice-presidente é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e Márcio França, do Empreendedorismo, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

A conexão de Boulos com a máquina federal motivou crítica de Nunes, conforme noticiou o Painel.

O prefeito se incomodou com a postura de Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, que telefonou para Boulos, e não para o atual gestor da cidade, para tratar do processo que pode levar à cassação da concessão de distribuidora de eletricidade Enel na capital.

Na quarta-feira (10), o deputado teve reunião com Silveira em Brasília para debater os sucessivos apagões e voltou a provocar Nunes. "Falta comando, liderança, iniciativa e capacidade de diálogo com concessionárias, por isso o governo federal está puxando para si [a responsabilidade]", disse.

Boulos fez na terça-feira (9) aparição ao lado de Esther Dweck (Gestão) e também esteve, nas últimas semanas, com Sonia Guajajara (Povos Indígenas) e Marina Silva (Meio Ambiente), tanto em eventos oficiais quanto partidários.

Joelmir Tavares/Folhapress

Haddad descarta aumento a servidores neste ano: "Orçamento de 2024 está fechado"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou detalhes da reunião que teve com a Junta de Execução Orçamentária (JEO) na quarta-feira (10) para debater o reajuste do funcionalismo público. O petista descartou o aumento para os servidores ainda este ano, pois "o Orçamento de 2024 já está fechado".

O encontro, que teve a participação dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Esther Dweck (Gestão e Inovação) que fazem parte da junta, foi para debater os possíveis reajustes até 2028.

Segundo Haddad, ainda haverá uma nova reunião nesta quarta-feira, desta vez para que ele e a ministra Simone Tebet (Planejamento) – que também faz parte da JEO – , possam apresentar as contas sobre três cenários apresentados por Dweck.

O ministro ainda avaliou que os cenários são desafiadores e que ainda aguarda votações no Congresso Nacional na semana que vem.

"É tudo desafiador, né? Nós temos que questionar as contas públicas, têm votações importantes para o que vão acontecer semana que vem", disse.

"No Congresso, eu já me reuni com o presidente (da Câmara) Arthur Lira, já me reuni com o presidente (do Senado) Rodrigo Pacheco, para que nós tenhamos clareza de que o trabalho do ano passado foi muito importante, mas nós precisamos completar esse trabalho, nós precisamos fechar o ciclo de ajuste das contas para que esses ganhos que nós tivemos do ponto de vista de risco país", concluiu.

CNN

CCJ da Câmara aprova, por 39 a 25, manter prisão de Brazão; decisão vai a plenário

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (10) a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), preso sob suspeita de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), em 2018. A sessão durou cerca de cinco horas.

O tema será analisado ainda nesta quarta no plenário da Casa. A prisão ocorrida no exercício do mandato precisa ser referendada pela Casa a que o parlamentar pertence --Câmara ou Senado.

Foram 39 votos favoráveis, 25 contrários e 1 abstenção. O deputado federal Darci de Matos (PSD-SC), relator na CCJ do pedido, já havia apresentado parecer favorável à manutenção da prisão do parlamentar.

Orientaram contra a manutenção da prisão os partidos União Brasil e PL. Republicanos, Podemos e PP liberaram as suas bancadas.

Na CCJ na quarta, o relator do pedido afirmou que "juridicamente não há o que discutir" e que o julgamento no colegiado "é jurídico, mas também é político, porque somos uma Casa política". Segundo ele, pelo que consta no inquérito, Brazão "cometeu crime continuado, obstruindo a justiça o tempo todo".

"A Polícia Federal indica expressamente que até os dias atuais os investigados criaram obstáculos à investigação, isso é fato. Contra fatos, não há argumentos. Tenho certeza que a CCJ e o plenário hoje haverão de dar uma resposta a esse crime, que é um crime político, contra a mulher, contra a democracia, que teve repercussão nacional e internacional", disse Darci de Matos.

A decisão da CCJ é uma vitória para a base do governo Lula (PT) e para o STF (Supremo Tribunal Federal). No entanto, o cenário para votação no plenário está indefinido.

De um lado, integrantes do centrão e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmam que a decisão do ministro do Supremo Alexandre de Moraes de mandar prender o parlamentar violou a Constituição, que prevê que deputados só podem ser detidos em flagrante por crime inafiançável.

Folhapress

Governo Lula e agro se aproximam por biocombustíveis

A pauta dos biocombustíveis se tornou ponto de convergência de interesses entre o agronegócio e o governo Lula (PT), protagonistas de uma relação com mais conflitos que momentos amistosos.

O projeto de lei que trata dos combustíveis de base orgânica foi aprovado na Câmara em março, onde recebeu apoio da principal bancada no momento, a ruralista. O texto contou com apoio de 429 deputados, do PT ao PL.

O motivo disso, em grande medida, é o fato de que o agro tem grande interesse na regulamentação do setor, uma vez que os biocombustíveis são feitos a partir de plantações como cana ou soja.

Do lado do governo, o tema, apesar de não ter surgido com esse intuito, foi visto como uma forma de aproximação com um setor com o qual a gestão petista vem sofrendo resistências.

O governo quer, ao mesmo tempo, demonstrar que não atua ideologicamente e agregar valor à matéria-prima ao priorizar esta pauta dentro da agenda de descarbonização.

Alas do agronegócio estão mais ligadas ideologicamente ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e até mesmo fazem oposição à gestão petista em outras frentes no Congresso.

Ainda que seja um gesto relevante para o setor, aliados de Lula acham difícil que integrantes do agronegócio se aliem ou embarquem no governo. A ideia é diminuir resistência. Outros mais otimistas, por sua vez, dizem que Bolsonaro tinha mais retórica do que propostas para o agronegócio e que, afinal, é um setor pragmático.

Importante mecanismo de combate à crise climática, o projeto dos biocombustíveis tem a característica de, ao mesmo tempo, unir o interesse do Executivo, do agro e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), um dos principais fiadores da pauta verde no Congresso e ligado à bancada ruralista.

Pessoas envolvidas nos debates em ambos os lados do balcão citam o protagonismo, sobretudo, dos ministérios de Minas e Energia, da Indústria e Comércio e, claro, da Agricultura o próprio ministro desta última pasta, Carlos Fávaro, era da bancada do agro quando senador.

Folhapress

Sete empresas brasileiras poderão exportar soro fetal bovino para a China

Sete estabelecimentos brasileiros foram habilitados pela China e poderão exportar soro fetal bovino para o país asiático. O anúncio foi feito pelo ministro Carlos Fávaro (Agricultura) na segunda-feira (8), no primeiro dia da Tecnoshow, maior feira agrícola do Centro-Oeste, realizada em Rio Verde (GO).

O soro fetal bovino é um suplemento que possui componentes como aminoácidos, ácidos graxos e vitaminas e é utilizado para promover o crescimento de células. Ele é usado por ter baixo conteúdo de imunoglobulinas, segundo o setor.

"Nesta madrugada, que era a tarde de segunda-feira lá em Pequim, fomos comunicados da abertura de sete novos mercados brasileiros de soro fetal bovino. O que é isso? Altíssima tecnologia. Biotecnologia. Retirado da bovinocultura, das vacas, parideiras, dos frigoríficos", afirmou o ministro em Rio Verde.

As sete unidades estão sediadas em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás -estado com mais unidades habilitadas (três).

As unidades baseadas em Goiás são River City Biotecnologia, de Goiânia, Soroquality Biotecnologia e Sorobras Biotecnologia, ambas de Aparecida de Goiânia.

As habilitadas em São Paulo foram a Bio Nutrientes do Brasil, de Taciba, e a Cripion Biotecnologia, de Andradina. A empresa sul-matogrossense habilitada foi a JBS, de Campo Grande, enquanto a mineira foi a Biomin Biotecnologia, de Divinópolis.

"É a prova de que aqui [Goiás] está a terra da tecnologia, dos investimentos. Não é por simples retórica que estamos falando do papel dessa Tecnoshow. É porque aqui os produtores, as indústrias, a agroindústria investem em tecnologia e fazem com que essa agropecuária seja cada vez mais forte e mais eficiente." Diferentemente da edição do ano passado, a cerimônia de abertura da feira neste ano não contou com severas críticas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Marcelo Toledo/Folhapress

Produtor gaúcho de azeite adota método ultraintensivo para colher em larga escala

Quem está familiarizado com o visual dos olivais brasileiros pode estranhar a Vivenda Scapini, propriedade de 580 hectares em Viamão, na Grande Porto Alegre (RS).

Ali não se veem oliveiras frondosas salpicadas pelo terreno o proprietário, o engenheiro Roger Scapini, é o primeiro no Brasil a adotar a olivicultura superintensiva.

Desenvolvida no fim dos anos 1990 pela Agromillora, gigante produtora de mudas com sede na Espanha, a olivicultura superintensiva quebra alguns paradigmas. O principal deles é o espaçamento entre árvores.

No sistema tradicional, aqui no Brasil, ele costuma ser de 7 metros, tanto entre árvores quanto entre linhas. O superintensivo faz diferente. Põe as plantas coladas umas às outras, formando filas contínuas, com espaçamento de 4 metros entre as fileiras.

Esses muros verdes são mantidos a 2,5 metros de altura, com 80 centímetros de largura, medida exata para que a colheitadeira Braud 11.90X Multi, com capacidade para colher duas toneladas de azeitonas por hora, deslize sobre as copas das árvores.

O equipamento, fabricado pela New Holland, veio da França e, no modelo completo (com dois tanques e piloto automático), custa US$ 750 mil (R$ 3,77 milhões). Segundo Roberto Jonker, gerente de produto da marca, é a primeira a vir para o Brasil.

Scapini até começou o plantio pelo método tradicional. Chegou a plantar 30 mil árvores, mas logo concluiu que a rentabilidade ficaria muito aquém do que esperava.

"Dez trabalhadores, ao longo de oito horas, colhem 500 quilos de azeitonas. Uma área tão grande não pode rentabilizar tão pouco. Já pensava em remover as oliveiras e vendê-las para paisagismo, quando descobri o superintensivo." Desde 2019, Scapini plantou 210 mil oliveiras ao todo. Aquelas primeiras 30 mil ficaram, mas foram adaptadas ao novo modelo mais duas árvores foram fincadas em cada espaço, formando as filas. As demais já seguiram o esquema das fileiras contínuas.

Flávia Pinho/Folhapress

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.276/0001-79 – NIRE 35.300.582.586

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 37, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.586.276/0001-79, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.586, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 09h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 37, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 1 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.257/0001-42 – NIRE 35.300.582.578

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 38, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.586.257/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.578, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 10h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 38, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 2 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.554.763/0001-50 – NIRE 35.300.582.276

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 39, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.554.763/0001-50, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.276, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 11h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 39, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 3 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.570.443/0001-93 – NIRE 35.300.582.381

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 40, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.570.443/0001-93, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.381, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 12h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 40, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 4 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.586.346/0001-99 – NIRE 35.300.582.608

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 41, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.586.346/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.608, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 13h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 41, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 5 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.552.200/0001-22 – NIRE 35.300.582.233

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 42, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.552.200/0001-22, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.233, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 14h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 42, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 6 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 44.554.518/0001-42 – NIRE 35.300.582.292

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de dezembro de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 43, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 44.554.518/0001-42, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.582.292, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 15h30min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 43, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Mina de Ouro 7 Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Ventos Altos Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 40.586.962/0001-99 – NIRE 35.300.568.150

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

A **Ventos Altos Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 27 de janeiro do ano de 2021, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 40.586.962/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.568.150, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 12h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 34, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Ventos Altos Energias Renováveis S.A. | Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Renovar Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.280.334/0001-66 – NIRE 35.300.385.098

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **Renovar Ambiental Participações S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 123 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e da Cláusula 6ª de seu Estatuto Social, a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 10 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, sala B, Vila Andrade, CEP.: 05727-900, a fim de deliberar sobre **(i)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Jaime Bargallo Arnabat** – Diretor Presidente. (10, 11 e 12/04/2024)

OM2 SOCIEDADE PATRIMONIAL LTDA

CNPJ nº 28.684.457/0001-81 - NIRE: 35235086079

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA E LOCAL: 09/11/2023, às 18 horas, em sua sede social, dispensada a convocação em razão da presença de totalidade, Srs. Geraldo Villin Prado, Olga Maria Maffei e Jaguatirica Consultoria, Empreendimentos e Participações Ltda, representada por seu administrador Olga Maria Maffei, os quais nomearam para secretariar o Sr. Fab Olga Maria Maffei, com a concordância de todos os demais sócios com o objetivo de reduzir o Capital Social de R$ 1.574,250,00 para R$1.000,00. Na qual foi discutido e aprovado por todos os sócios. Sendo lavrada a competente ata com a assinatura de todos os sócios. Sócios Presentes: Geraldo Villin Prado, Olga Maria Maffei e Jaguatirica Consultoria, Empreendimentos e Participações Ltda, representada por seu administrador Olga Maria Maffei. São Paulo, 09 de novembro de 2023. Geraldo Villin Prado, Olga Maria Maffei. Jaguatirica Consultoria, Empreendimentos e Participações Ltda, p/Olga Maria Maffei.

Ibovespa cai 1,41%, aos 128 mil pontos, com inflação americana

Após dois ganhos em sequência, o Ibovespa fez pausa na recuperação do começo da semana e se alinhou à aversão a risco global que se impôs na manhã de ontem, com a leitura acima do esperado para a inflação ao consumidor nos Estados Unidos em março, que deixou em segundo plano comportamento relativamente benigno do IPCA no mesmo mês, também divulgado na quarta-feira.

Assim, com nova ponderação de expectativas sobre quando os juros começarão a ser cortados pelo Federal Reserve, o Ibovespa caiu 1,41%, a 128.053,74 pontos, saindo de abertura aos 129.871,64 pontos, correspondente à máxima do dia – na mínima da sessão, o índice foi a 127.731,77 pontos. O giro da quarta-feira foi a R$ 23,3 bilhões. Na semana, o Ibovespa ainda sobe 0,99% e, no ano, cede 4,57%. Neste primeiro terço de abril, acumula perda de 0,04% no mês.

Em ata divulgada nesta tarde, referente à mais recente reunião do Fed em meados de março, os integrantes do comitê monetário do BC americano apontaram que os juros provavelmente estão no pico do ciclo de aperto atual. Mas destacaram, também, que o processo de desinflação tem ocorrido de maneira irregular, como já era esperado.

"Os participantes observaram que, ao considerarem quaisquer ajustes à meta alvo da taxa dos Fed Funds em reuniões futuras, avaliariam cuidadosamente os dados recebidos, a evolução das perspectivas e o equilíbrio de riscos", destaca a ata do Fed. A "grande maioria" dos dirigentes da instituição deseja começar a desacelerar o ritmo da redução no balanço "razoavelmente em breve". Em outro ponto do documento, é apontado que a maioria deseja que a redução no ritmo do corte no balanço seja iniciada em meados do ano. IstoéDinheiro

Publicidade Legal

GET Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43 – NIRE 35.300.548.183

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da GET Comercializadora de Energia S.A.

A **GET Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de agosto de 2018, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 31.557.781/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.183, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 18h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 15, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **GET Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Cedro Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 48.210.788/0001-97 – NIRE 35.300.602.153

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Cedro Energias Renováveis S.A.

A **Cedro Energias Renováveis S.A.**, sociedade anônima, constituída em 06 de outubro de 2022, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 48.210.788/0001-97, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.602.153, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 16h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 32, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Cedro Energias Renováveis S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Azalea Participações S.A.

CNPJ/MF nº 36.178.458/0001-82 – NIRE 35.300.548.426

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Azalea Participações S.A.

A **Azalea Participações S.A.**, sociedade anônima, constituída em 22 de janeiro de 2020, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 36.178.458/0001-82, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.548.426, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 13h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 35, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante, conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Azalea Participações S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Bismut Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 29.854.266/0001-83 – NIRE 35.300.534.913

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária da Bismut Comercializadora de Energia S.A.

A **Bismut Comercializadora de Energia S.A.**, sociedade anônima, constituída em 18 de abril do ano de 2019, com sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 29.854.266/0001-83, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.534.913, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("**Companhia**"), na figura de seu Presidente, o Sr. ***Rubens Celso Alves Misorelli Filho***, vem comunicar e convocar todos os acionistas ("**Acionistas**"), nos termos dos artigos 124 e 132 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**LSA**"), a reunirem-se, em **Assembleia Geral Ordinária**, no **dia 30 de abril de 2024**, **em 1ª (primeira) convocação às 11h00min**, a ser realizada de modo **presencial**, no endereço Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.055, 11º andar, sala 05, Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01452-001 ("**Assembleia**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Ordem do Dia**"): ***(a)*** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(b)*** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos. A Companhia ressalta que a Assembleia, em 1ª (primeira) convocação, será instalada com a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante; conforme previsto no artigo 7º, parágrafo quarto do Estatuto Social. Nos termos do artigo 133 da LSA, a Companhia informa que estão disponíveis em sua sede social e foram publicados na forma da legislação aplicável, conforme aplicável, os seguintes documentos: (a) Proposta da Administração; (b) Demonstrações Financeiras; e (c) Parecer dos Auditores Independentes. A Companhia permanece à disposição para prestar esclarecimentos aos Acionistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia. Os termos iniciados por letra maiúscula nesta convocação, que não estiverem aqui definidos terão o significado que lhes foi atribuído no Estatuto Social. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Bismut Comercializadora de Energia S.A. Rubens Celso Alves Misorelli Filho** – *Diretor Presidente.* (09, 10 e 11/04/2024)

Hidrovias do Brasil S.A.

("Companhia")

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 28 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de SP, na rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP: 05416-000 ("**Reunião**"). Os membros do Conselho de Administração da Companhia participaram da reunião nos termos do artigo 23, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Felipe Andrade Pinto, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Wever, Michell Fontes Souza, Ricardo Saad, Antonio Mary Ulrich, Luis Barbieri, Julio Piza e Marcus Vinicius Menoita Nogueira. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Ricardo Pereira e Gianfranco Fogaccia Cinelli. **3. Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto; e Secretário: Guilherme Touriño Brandi. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre: **(i)** Caracterização dos membros indicados para o Conselho de Administração da Companhia como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, para o próximo mandato e o enquadramento dos candidatos ao Conselho de Administração à Política de Indicação da Companhia; **(ii)** a solicitação de convocação de assembleia de acionistas nos termos do art. 123, parágrafo único, "c" da Lei 6.404/76 ("**Lei das S.A**.") , feito pelos acionistas HBSA Co-Investimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Sommerville Investments B.V. em 24.3.24, no contexto da assinatura de contrato de compra e venda de participação acionária por eles detida para a Ultrapar Participações S.A., objeto do Fato Relevante de 24.3.24 ("**Transação**" e "**Pedido de Convocação de AGE"**, respectivamente"), para deliberar sobre dispensa da poison pill contida no Artigo 45, Parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia, com eficácia sujeita à implementação da Transação, da obrigação da compradora, de realizar uma oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia em razão do atingimento de participação societária relevante na Companhia decorrente da Transação e qualquer aumento de participação subsequente até o atingimento de participação societária igual a 40% do capital social da Companhia ("AGE"); e **(iii)** a autorização ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia para convocar a AGE. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram: **(i) Aprovar** por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, com as abstenções abaixo indicadas: (a) a caracterização dos Srs. Julio Cesar de Toledo Piza Neto, Marcus Vinicius Menoita Nogueira, Luis Rheingantz Barbieri e Antonio Mary Ulrich como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato, nos termos do 17, II do Regulamento do Novo Mercado, e (b) a aderência de todos os candidatos ao Conselho de Administração à Política de Indicação da Companhia, quais sejam Felipe Andrade Pinto, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Ricardo Eugênio Jorge Saad, Michell Fontes Souza, Antonio Fernando Checchia Wever, Julio Cesar de Toledo Piza Neto, Marcus Vinicius Menoita Nogueira, Luis Rheingantz Barbieri e Antonio Mary Ulrich, nos termos do Art. 25, parágrafo único, I do Regulamento do Novo Mercado. Fica consignando que os Srs. Julio Cesar de Toledo Piza Neto, Marcus Vinicius Menoita Nogueira, Luis Rheingantz Barbieri e Antonio Mary Ulrich abstiveram-se de votar em relação à análise de seus próprios enquadramentos como conselheiros independentes, e que cada indicado ao Conselho de Administração se absteve de votar em relação à sua própria aderência à Política de Indicação. **(ii)** Após explicação do Presidente do Conselho de Administração sobre a Transação descrita no Fato Relevante de 24.3.2024 e sobre o Pedido de Convocação de AGE (anexo à presente ata), **aprovar,** por unanimidade, consideradas as abstenções dos Srs. Felipe Andrade Pinto, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Wever, Michell Fontes Souza e Ricardo Saad, o Pedido de Convocação de AGE, nos termos solicitados pelos acionistas requerentes. **(iii) Autorizar** o Presidente do Conselho de Administração da Companhia a convocar a AGE oportunamente. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 28 de março de 2024. **Mesa: Felipe Andrade Pinto** – Presidente; **Guilherme Touriño Brandi** – Secretário. **Conselheiros: Felipe Andrade Pinto** – Conselheiro; **Roberto Lucio Cerdeira Filho** – Conselheiro; **Antonio Wever** – Conselheiro; **Michell Fontes Souza** – Conselheiro; **Ricardo Saad** – Conselheiro; **Julio Piza** – Conselheiro; **Antonio Mary Ulrich** – Conselheiro; **Luis Barbieri** – Conselheiro; **Marcus Vinicius Menoita Nogueira** – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 139.871/24-0 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Hidrovias do Brasil S.A.

("Companhia")

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de março de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 20 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de SP, na rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP: 05416-000 ("**Reunião**"). Os membros do Conselho de Administração da Companhia participaram da reunião por videoconferência, nos termos do artigo 23, parágrafo 5º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Felipe Andrade Pinto (por voto delegado ao Sr. Michell Fontes Souza), Roberto Lucio Cerdeira Filho (por voto delegado ao Sr. Michell Fontes Souza), Antonio Wever, Michell Fontes Souza, Ricardo Saad, Antonio Mary Ulrich, Luis Barbieri, Julio Piza e Marcus Vinicius Menoita Nogueira. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Ricardo Pereira e Gianfranco Fogaccia Cinelli, além dos Srs. Felipe Moreira Caram e Rafael Macedo, esses últimos membros do Conselho Fiscal da Companhia ("**Convidados**"). **3. Mesa:** Presidente: Michell Fontes Souza; e Secretário: Guilherme Touriño Brandi. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre: **(i)** as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** as atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao quarto trimestre de 2023; e **(iii)** a autorização ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia para convocar a Assembleia Geral Ordinária da Companhia. **5. Apresentação**: Os membros da Diretoria da Companhia presentes na Reunião realizaram apresentações acerca dos tópicos da ordem do dia ("**Material de Suporte**"). Após as apresentações, os membros do Conselho de Administração discutiram e esclareceram suas dúvidas a respeito do material fornecido e das apresentações realizadas, não havendo mais questionamentos, tampouco objeções em relação ao que foi apresentado ou ao que foi esclarecido. O Sr. Antonio Mary Ulrich, membro do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, esclareceu que referido Comitê de Auditoria apreciou e recomendou ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos de parecer emitido em 20 de março de 2024. **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes à Reunião decidiram, nos termos do Material de Suporte, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i) Aprovar** as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do respectivo parecer dos auditores independentes da Companhia e do relatório da administração, cujas cópias ficam arquivadas na sede da Companhia, no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, a serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a divulgação de referidas Demonstrações Financeiras e dos demais documentos pertinentes previstos no Estatuto Social da Companhia, na legislação e na regulamentação aplicáveis, incluindo o parecer do Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes da Companhia, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia; **(ii) Tomar conhecimento** acerca das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria não estatutário da Companhia referentes ao quarto trimestre do ano de 2023, anuindo com as ações realizadas por referido Comitê; e **(iii) Autorizar** o Presidente do Conselho de Administração da Companhia a convocar oportunamente a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a fim de deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos documentos mencionados no item (i) acima e demais matérias a serem objeto de deliberação. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as providências necessárias para a realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, incluindo a divulgação dos documentos que determinam o Estatuto Social da Companhia, a legislação e a regulamentação pertinentes, bem como fica a Diretoria autorizada a disponibilizar os documentos aplicáveis à referida Assembleia no endereço eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários e no endereço eletrônico da Companhia. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 20 de março de 2024. **Mesa: Michell Fontes Souza –** Presidente; **Guilherme Touriño Brandi –** Secretário. **Conselheiros: Antonio Wever** – Conselheiro; **Michell Fontes Souza** – Conselheiro; **Ricardo Saad** – Conselheiro; **Julio Piza** – Conselheiro; **Antonio Mary Ulrich** – Conselheiro; **Luis Barbieri** – Conselheiro; **Marcus Vinicius Menoita Nogueira** – Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 139.886/24-2 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ n° 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 23/04/2024, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 11 de abril de 2024 (aa) **Welson Regis Jacometti**, Diretor Presidente. **(11, 12 e 13/04/2024)**

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,0648 / R$ 5,0654 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,0759 / R$ 5,0779 *
Turismo - R$ 5,1124 / R$ 5,2924
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: 1,43%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -1,41%
Pontos: 128.053
Volume financeiro: R$ 23,558 bilhões
Maiores altas: Petrobras ON (3,02%), Petrobras PN (2,22%), Petroreconcavo ON (1,70%)
Maiores baixas: Azul PN (-6,93%), Petz ON (-6,19%), CSN ON (-6,08%)
S&P 500 (Nova York): -0,95%
Dow Jones (Nova York): -1,09%
Nasdaq (Nova York): -0,84%
CAC 40 (Paris): -0,05%
Dax 30 (Frankfurt): 0,11%
Financial 100 (Londres): 0,33%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,48%
Hang Seng (Hong Kong): 1,85%
Shanghai Composite (Xangai): -0,7%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,81%
Merval (Buenos Aires): -1,54%
IPC (México): -1,62%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

Publicidade Legal

New Time Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.379.940/0001-39

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos milhares de reais – R$)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022 (reapresentado)	Consolidado 2021
Circulante	**10**	**2**	**124.564**	**90.932**
Caixa e equivalentes de caixa	10	2	2.399	4.378
Contas a receber	–	–	74.692	45.632
Estoques	–	–	27.685	25.995
Outras contas a receber	–	–	18.509	13.528
Impostos a recuperar	–	–	1.206	1.373
Despesas antecipadas	–	–	73	26
Não circulante	**39.361**	**26.937**	**22.438**	**23.407**
Títulos e valores imobiliários	–	–	500	–
Investimentos	39.361	26.937	–	–
Imobilizado	–	–	21.154	22.495
Intangível	–	–	784	912
Total	**39.371**	**26.939**	**147.002**	**114.339**

Passivo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022 (reapresentado)	Consolidado 2021
Passivo circulante	**878**	**52**	**94.723**	**74.732**
Fornecedores	–	11	52.106	31.489
Empréstimos e financiamentos	–	–	14.225	27.423
Obrigações trabalhistas	10	9	1.393	2.710
Obrigações tributárias	1	1	19.349	7.518
Adiantamentos de clientes	–	–	980	715
Outras contas a pagar	867	31	6.670	4.860
Estoques de terceiros	–	–	–	17
Passivo não circulante	**659**	**–**	**14.054**	**12.446**
Provisões para perdas em investimentos	659	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	11.716	12.314
Obrigações tributárias	–	–	2.084	132
Provisão para contingências	–	–	254	–
Patrimônio líquido	**37.834**	**26.887**	**37.834**	**26.887**
Capital social	5.000	5.000	5.000	5.000
Reservas de lucros	32.834	21.887	32.834	21.887
Participações dos não controladores	–	–	391	274
Total	**39.371**	**26.939**	**147.002**	**114.339**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31/12/2020 (Não auditado)	**5.000**	**1.000**	**32.853**	**–**	**38.853**	**402**	**39.255**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(10.837)	(10.837)	(105)	(10.942)
Dividendos distribuídos	–	–	–	(1.129)	(1.129)	(23)	(1.152)
Reserva de lucros	–	–	(11.966)	11.966	–	–	–
Saldos em 31/12/2021	**5.000**	**1.000**	**20.887**	**–**	**26.887**	**274**	**27.161**
Lucro do exercício	–	–	–	13.786	13.786	143	13.929
Dividendos distribuídos	–	–	–	(2.839)	(2.839)	(26)	(2.865)
Reserva de lucros	–	–	10.947	(10.947)	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**5.000**	**1.000**	**31.834**	**–**	**37.834**	**391**	**38.225**

A Diretoria

Andrea Fernanda dos Santos Liberato Mendes
Contadora – CRC 1SP 181.586/O-2

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas completas, estão a disposição dos acionistas e interessados na sede da companhia.

Demonstrações dos Resultados

Resultado	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022 (reapresentados)	Consolidado 2021
Receita líquida	**–**	**–**	302.850	238.367
Custos	–	–	(179.956)	(137.969)
Lucro bruto	–	**–**	**122.894**	**100.398**
(Despesas) receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(179)	(135)	(57.691)	(66.852)
Despesas com pessoal	(134)	(119)	(18.462)	(19.451)
Despesas tributárias	(2)	(2)	(709)	(1.089)
Equivalência patrimonial	14.106	(10.592)	–	–
Outras receitas e despesas	–	15	(1.217)	233
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**13.791**	**(10.833)**	**44.815**	**13.239**
Despesas financeiras	(5)	(4)	(19.810)	(20.535)
Receitas financeiras	–	–	243	531
Resultado antes dos impostos	**13.786**	**(10.837)**	**25.248**	**(6.765)**
IRPJ e contribuição social corrente	**–**	**–**	(11.319)	(4.177)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**13.786**	**(10.837)**	**13.929**	**(10.942)**
Participação dos controladores			13.786	(10.837)
Participação dos não controladores			143	(105)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**13.786**	**(10.837)**	**13.929**	**(10.942)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	**13.786**	**(10.837)**	**13.929**	**(10.942)**
Atribuível à:				
Participação dos controladores			13.786	(10.837)
Participação dos não controladores			143	(105)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022 (reapresentado)	Consolidado 2021
Das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**13.786**	**(10.837)**	**13.786**	**(10.837)**
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	–	–	3.423	2.194
Resultado de equivalência patrimonial	(14.106)	10.592	–	–
(Reversão) perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	–	–	(3.496)	8.387
Perdas por *impairment* nos estoques	–	–	(11)	1.965
Encargos financeiros sobre financiamentos	–	–	341	2.050
Baixa de ativo imobilizado e intangível	–	–	7.417	–
Provisão para contingências	–	–	254	–
Participações dos não controladores	–	–	143.	(128)
	(320)	**(245)**	**21.857**	**3.631**
Variação em ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	–	–	(25.564)	(3.307)
Estoques	–	–	(1.679)	2.378
Outras contas a receber	–	–	(4.981)	(796)
Impostos a recuperar	–	–	167	(740)
Despesas antecipadas	–	–	(47)	23
Fornecedores	(11)	11	20.617	13.752
Obrigações tributárias	–	(1)	13.783	(771)
Obrigações trabalhistas	1	3	(1.317)	(401)
Adiantamentos de clientes	–	–	(265)	307
Outras contas a pagar	836	(916)	1.810	(126)
Estoques de terceiros	–	–	(17)	(9.416)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**506**	**(1.148)**	**24.894**	**4.534**
Das atividades de investimento				
Aquisições no ativo imobilizado	–	–	(9.233)	(11.581)
Aquisições no ativo intangível	–	–	(138)	(563)
Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários	–	–	(500)	–
Investimentos	2.341	2.276	2.341.	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**2.341**	**2.276**	**(7.530)**	**(12.144)**
Das atividades de financiamento (com acionistas e com terceiros)				
Captações de empréstimos	–	–	71.166	36.992
Pagamentos de empréstimos	–	–	(90.081)	(21.547)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	–	–	4.778	(4.319)
Distribuição de lucros	(2.839)	(1.129)	(5206)	(1.129)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	**(2.839)**	**(1.129)**	**(19.343)**	**9.997**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**8**	**(1)**	**(1.979)**	**2.387**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	2	3	4.378	1.991
No final do exercício	10	2	2.399	4.378
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**8**	**(1)**	**(1.979)**	**2.387**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ilmo. Srs. Administradores e acionistas
New Time Investimentos e Participações S.A. – Jundiai-SP

Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da New Time Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da New Time Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** As controladas Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. e Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A., não implementaram o disposto na NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, relativo ao reconhecimento dos contratos de aluguéis em vigor, nas contas contábeis ativas, passivas e de contas de resultado, não tendo esses efeitos refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, as controladas Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. e Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A. estão obrigadas a calcular e registrar a depreciação dos bens com base nas respectivas vidas úteis. A revisão dessas vidas úteis deve ser realizada anualmente. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a depreciação dos bens foi calculada e registrada utilizando a taxa fiscal e a revisão anual não foi apresentada. Dessa forma, não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos dessa revisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha registrado na rubrica de contas a receber o montante de R$ 74.692 mil no consolidado (R$ 45.632 em 2021 no consolidado) dos quais R$ 2.119 mil referiam-SE a controlada Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A., vencidos a longa data. A controlada Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A., não elaborou a análise de realização individualizada dos saldos para fins de determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Se a Companhia tivesse efetuado a análise dos créditos vencidos, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outros assuntos:** *Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas:* Conforme descrito na nota explicativa nº 2.4, foram identificados erros no processo de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram ajustados e estão sendo reapresentadas de acordo com os requisitos da NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Auditamos os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras consolidadas e concluímos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2024.

Crowe Macro Auditores Independentes – CRC 2SP 033.508/O-1
Dalton Frias Herculano – Contador – CRC 1SP 292.951/O-0
Luciana Toniolo Meira – Contador- CRC 1SP 254.829/O-8

Reserva de vagas no ensino superior

• Em 2012 foi adotada uma lei de cotas, que reserva 50% das vagas em universidades federais para alunos de escola pública e parte delas para alunos pobres. Dentro destas vagas, a lei estabelece cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas

Maioria apoia cotas, mas há divergência sobre critério racial

Em %

Perfil

Em %

- Deve permanecer como está pois é importante para corrigir desigualdades raciais
- Deve haver reserva de vagas apenas para estudantes de escolas públicas, independente da cor ou raça
- Não deve ter reserva de vagas para ninguém
- Não sabe/outras respostas

Em alguns processos de ingresso, comissões de especialistas são responsáveis por avaliar se os aprovados são de fato negros. Essa é a melhor maneira ou não de avaliar se uma pessoa deve ter direito à cota para negros?

Em %

- É a melhor maneira
- Não é a melhor maneira
- Não sabe

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente, com 2.002 entrevistas em 147 municípios em 19 e 20 de março de 2024. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou menos; soma de percentuais podem não chegar a 100% devido a arredondamentos

Publicidade Legal

Bem Azul Securitizadora S/A

CNPJ em Constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anômina

Data, Hora e Local: 10 de agosto de 2023, às 10:00 (dez) horas na sede social, localizada Rua Doutor Luiz Migliano, nº 1986, Andar 16, Sala 1602 B, Jardim Caboré, CEP: 05.711-001, no município de São Paulo, estado de São Paulo. **Convocação:** Os acionistas foram convocados por Carta Convite, entregue em, 10 de julho de 2023, estando assim dispensada da convocação por Edital segundo § 4º do artigo 124 Lei 6.404/76, sendo recolhida assinatura de todos no livro de presença. **Presença de Acionistas:** Representando 100% do Capital Social votante. **Composição da Mesa:** Reuniram-se os acionistas da sociedade **Renato Negri** e **Alan Henrique da Silva**. Para presidir a Assembleia foi eleito por unanimidade, **Renato Negri**, que aceitando a incumbência convidou a mim, **Alan Henrique da Silva** para secretariá-lo, no qual aceitei, assim se constituindo a mesa e dando-se início aos trabalhos. **Ordem do Dia e Deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia de Constituição da sociedade **Bem Azul Securitizadora S/A**, e por unanimidade de voto e sem quaisquer restrições foi deliberado: **1) Leitura e aprovação da minuta do Estatuto Social –** Dando Início aos trabalhos, o Sr. Presidente solicitou a mim que procedesse a leitura da minuta do Estatuto Social para os presentes. Terminada a leitura, o Sr. Presidente da mesa submeteu-se à discussão e votação, o que resultou em sua aprovação unânime pelos presentes, passando o Estatuto Social **Bem Azul Securitizadora S/A**, a ter redação estabelecida no Anexo I, ao final das deliberações desta Ata. **2) Boletins de Subscrição das Ações** – Foi aprovada a subscrição do Capital Social da Companhia, nos seguintes termos: **Boletim de Subscrição I** – Nome: **Renato Negri**, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, nascido em 01 de fevereiro de 1970, Farmacêutico, portador da cédula de identidade RG nº 22.504.996, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 117.263.338-09, residente e domiciliada a Rua Domingos Lopes da Silva, nº 655, Apto 192, Vila Suzana, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 05.641-030; **Alan Henrique da Silva**, brasileiro, divorciado, nascido em 23 de novembro de 1986, Administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.187.981, expedida pela SSDS/PB, CPF nº 058.072.914-17, residente e domiciliado a Rua Jaracatia, nº 336, Bloco 26, Apto 64, Jardim Umarizal, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 05.754-070; **3) Ações subscritas:** 1.000.000 (um milhão) ações ordinárias nominativas com direito a voto, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Percentual de integralização das Ações: 90% (noventa por cento) **Renato Negri** – 10% (dez por cento) **Alan Henrique da Silva**. **4) Eleição dos Membros da Diretoria e definição da remuneração global dos Diretores**. Os acionistas aprovaram a eleição **Renato Negri**, já qualificado acima, como **Diretor Presidente** e como **Diretor administrativo**, **Alan Henrique da Silva**, já qualificado acima. Todos com mandato de até 03 (três) anos, com início em 10 de agosto de 2023 e término em 09 de agosto de 2026. **4.1** – Caberá Assembleia Geral para fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global, cabendo, então a Diretoria deliberar sobre a sua distribuição. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os administradores. **4.2** – Os membros da Diretoria ora eleitos aceitaram os cargos para os quais foram nomeados, afirmando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades, e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse em seus respectivos cargos, nos termos da legislação aplicável, mediante assinatura do Termo de Posse, lavrado em livro próprio. **5) Aprovação do endereço da sede da Companhia –** Rua Doutor Luiz Migliano, nº 1986, Andar 16, Sala 1602 B, Jardim Caboré, CEP: 05.711-001, no município de São Paulo, estado de São Paulo. **6) Descrição da integralização do capital social** – Foi declarado que o capital social de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), integralizado neste ato o equivalente a 10% (dez por cento) do capital em moeda corrente nacional, sendo o restante integralizado no prazo de 12 (doze) meses após o registro desta ata. **Encerramento:** Deliberados todos os itens contidos na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa, após observadas as formalidades legais, e não havendo oposições de nenhum dos subscritores, declarou constituída a companhia, deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, pedindo-me que lavrasse a presente ata, a qual vai ao final assinada por todos os presentes, **Renato Negri**, Presidente da Mesa e Diretor Presidente e **Alan Henrique da Silva,** Secretário da Mesa e Diretor Administrativo, todos acionistas, fundadores e membros da Diretoria. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.623.461 em 19/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 17 de abril de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** autorizar a diretoria executiva a contratar financiamento para operação de ACC perante a Instituição Financeira que dispor das melhores condições, no valor de até USD 10.000.000 (dez milhões de dólares americanos; (ii) autorização da Diretoria Executiva para adotar as providências necessárias relacionadas o referido contrato, bem como a ratificação de todos os atos praticados inerentes à referida operação. Ribeirão Pires, 08 de abril de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (09, 10 e 11/04/2024)

Sei Osasco Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ 15.471.367/0001-60 - NIRE 35.226.452.378

Extrato da Ata de Reunião de Sócios no dia 21/12/2023

Data, Hora e Local: 21/12/2023, às 10 hs, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 5º andar, Torre III, Itaim Bibi, SP/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Antonio Setin – Presidente, Priscilla Maria Mendonça Albuquerque - Secretária. **Deliberações Aprovadas: 1.** Redução do capital social, de R$ 48.512.091,00, para R$ 48.112.091,00, redução, portanto, de R$ 400.000,00, com o correspondente cancelamento de 400.000 quotas, na proporção de participação de cada sócia no capital social, sendo aprovada a redução do capital social, por ser considerado excessivo com relação ao seu objeto social, nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, a ser restituído às Sócias, em moeda corrente nacional, na proporção de suas participações no capital social; e **2.** Autorizar a diretoria da Sociedade a providenciar a publicação da presente, bem como a assinar os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 21/12/2023. **Sócios:** Setin Hotéis Ltda. por Antonio Setin ASTN Participações S.A por Antonio Setin.

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/ME nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 22 de abril de 2024, às 9h, na sede da Companhia, na Av. Doutor Jose Artur Nova, 951, São Miguel Paulista, São Paulo/SP, com a seguinte Ordem do Dia: **(1)** Deliberar sobre as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras (DFs) referentes ao exercício social encerrado em 2023; **(2)** Deliberar sobre a proposta de constituição de reserva de incentivos fiscais à conta do saldo da Reserva de Investimento da Companhia ao final do exercício social de 2023; **(3)** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício social encerrado 2023; **(4)** Deliberar sobre o resultado apurado pela Diretoria a título de EBITDA da Companhia em 2023, nos termos do Estatuto Social; **(5)** Eleger os Membros do Conselho de Administração; **(6)** Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o ano de 2024. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76. São Paulo, 04 de abril de 2024. **Companhia Nitro Química Brasileira.** Lucas Santos Rodas - Presidente do Conselho de Administração. **(09, 10 e 11/04/2024)**

Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A.

CNPJ/MF nº 24.353.832/0001-50

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos milhares de reais – R$)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2022	2021
Circulante	**123.124**	**86.228**
Caixa e equivalentes de caixa	2.329	3.474
Contas a receber de clientes	72.569	42.135
Estoques	27.573	25.904
Outras contas a receber	19.401	13.318
Impostos a recuperar	1.179	1.371
Despesas antecipadas	73	26
Não circulante	**20.643**	**21.121**
Títulos e valores imobiliários	500	–
Imobilizado	19.614	20.592
Intangível	529	529
Total	**143.767**	**107.349**
Passivo e patrimônio líquido	**2022**	**2021**
Circulante	**90.076**	**85.444**
Fornecedores	51.949	31.078
Empréstimos e financiamentos	12.870	26.207
Obrigações trabalhistas	1.372	2.151
Obrigações tributárias	19.288	6.719
Outras contas a pagar	3.848	2.893
Adiantamentos de clientes	749	478
Partes relacionadas	–	15.918
Não circulante	**14.021**	**10.409**
Empréstimos e financiamentos	11.683	10.324
Obrigações tributárias	2.084	85
Provisão para contingências	254	–
Patrimônio líquido	**39.670**	**11.496**
Capital social	3.000	3.000
Reservas de capital	8.083	8.083
Reservas de lucros	28.587	413
Total	**143.767**	**107.349**

Demonstrações dos Resultados

	2022	2021
Receita líquida	**300.687**	**207.429**
Custo das mercadorias vendidas	(179.720)	(150.069)
Lucro bruto	**120.967**	**57.360**
(Despesas) e outras receitas		
Despesas gerais e administrativas	(46.616)	(36.371)
Despesas com pessoal	(14.307)	(11.060)
Despesas tributárias	(370)	(480)
Outras receitas e despesas	(1.204)	118
Lucro antes do resultado financeiro	**58.470**	**9.567**
Despesas financeiras	(19.205)	(12.914)
Receitas financeiras	215	151
Resultado antes dos impostos	**39.480**	**(3.196)**
IRPJ e contribuição social	(11.306)	(2.246)
Lucro (prejuízo) do exercício	**28.174**	**(5.442)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2022	2021
Lucro (prejuízo) do exercício	**28.174**	**(5.442)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**28.174**	**(5.442)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	**3.000**	**8.083**	**600**	**5.255**	**16.938**
Prejuízo do exercício	–	–	–		(5.442)
Reserva de lucros	–	–	–	(5.442)	–
Saldos em 31/12/2021	**3.000**	**8.083**	**600**	**(187)**	**11.496**
Lucro do exercício	–	–	–	–	28.174
Reserva de lucros	–	–	–	28.174	–
Saldos em 31/12/2022	**3.000**	**8.083**	**600**	**27.987**	**39.670**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
Das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	**28.174**	**(5.442)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo dos exercícios com os recursos provenientes com atividades operacionais		
Depreciação do ativo imobilizado	2.849	1.650
Amortização do ativo intangível	129	60
Baixa de ativo imobilizado e intangível	7.371	–
(Reversão) perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(1.341)	6.232
Perdas por impairment nos estoques	(11)	1.965
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	148	1.025
	37.319	**5.490**
Acréscimo/decréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(29.093)	(19.958)
Estoques	(1.658)	(6.322)
Outras contas a receber	(6.083)	(2.387)
Impostos a recuperar	192	(909)
Despesas antecipadas	(47)	(4)
Fornecedores	20.871	14.096
Obrigações tributárias	14.568	2.526
Obrigações trabalhistas	(525)	439
Adiantamentos de clientes	271	141
Outras contas a pagar	955	440
Estoques de terceiros	–	(285)
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais	**36.770**	**(6.733)**
Das atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	(9.233)	(11.559)
Aquisições no ativo intangível	(138)	(563)
Títulos e Valores Mobiliários	(500)	–
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(9.871)**	**(12.122)**
Das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos	71.166	36.992
Pagamentos de empréstimos	(88.491)	(16.851)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	5.199	(4.060)
Pagamento/Recebimento (concessão) de mútuos a partes relacionadas	(15.918)	5.128
Caixa (consumido) aplicado nas atividades de financiamento	**(28.044)**	**21.209**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1.145)**	**2.354**
WCaixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.474	1.120
No final do exercício	2.329	3.474
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(1.145)**	**2.354**

A Diretoria | Andrea Fernanda dos Santos Liberato Mendes – Contadora – CRC 1SP 181.586/O-2

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas completas, estão a disposição dos acionistas e interessados na sede da companhia.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmo. Srs. Administradores e acionistas **Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. –** Jundiai-SP. **Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações financeiras da Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Food Brands Indústria de Produtos Alimentícios S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** A Companhia não implementou o disposto na NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, relativo ao reconhecimento dos contratos de aluguéis em vigor, nas contas contábeis ativas, passivas e de contas de resultado, não tendo esses efeitos refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022. De acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, a Companhia está obrigada a calcular e registrar a depreciação dos bens com base nas respectivas vidas úteis. A revisão dessas vidas úteis deve ser realizada anualmente. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a depreciação dos bens foi calculada e registrada utilizando a taxa fiscal e a revisão anual não foi apresentada. Dessa forma, não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos dessa revisão nas demonstrações financeiras de 31/12/2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02/01/2024. **Crowe Macro Auditores Independentes** – CRC 2SP 033.508/O-1. **Dalton Frias Herculano** – Contador – CRC 1SP 292.951/O-0. **Luciana Toniolo Meira** – Contador-CRC 1SP 254.829/O-8

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4723
Dólar (EUA) - 5,0654
Franco (Suíça) - 5,5505
Iene (Japão) - 0,03313
Libra (Inglaterra) - 6,3545
Peso (Argentina) - 0,005856
Peso (Chile) - 0,005306
Peso (México) - 0,3069
Peso (Uruguai) - 0,1316
Yuan (China) - 0,7002
Rublo (Rússia) - 0,05433
Euro - 5,4397

Dólar volta a fechar no maior nível desde outubro com inflação nos EUA

O dólar à vista disparou na quarta-feira, 10, no mercado doméstico de câmbio, insuflado por uma onda global de fortalecimento da moeda americana e pelo avanço firme das taxas dos Treasuries. Resultado acima do previsto do índice de inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) nos EUA em março provocou um rearranjo relevante das expectativas para os próximos passos do Federal Reserve.

Afora uma queda pontual na abertura dos negócios, quando rompeu o piso de R$ 5,00 na mínima (R$ 4,9996) sob impacto do resultado benigno do IPCA de março e de nova alta do minério de ferro, o dólar trabalhou em alta no restante do dia. Com máxima a R$ 5,0862, a moeda encerrou em alta de 1,41%, a R$ 5,0784 – maior valor de fechamento desde 13 de outubro de 2023.

O contrato de dólar futuro para maio apresentou giro muito forte, superior a US$ 20 bilhões, o que sugere mudanças relevantes no posicionamento de investidores. Operadores ressaltam que os fundos locais carregavam até ontem posição vendida em dólar (que trazem ganhos em caso de apreciação do real) de cerca de US$ 10 bilhões – e podem ter corrido para reduzi-las por meio da disparada de ordens para limitação de perdas (stop loss).

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A.

CNPJ/MF nº 24.272.711/0001-83

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos milhares de reais – R$)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2022	2021
Circulante	**11.132**	**20.524**
Caixa e equivalentes de caixa	56	901
Contas a receber	2.119	3.484
Estoques	8.648	91
Outras contas a receber	282	128
Impostos a recuperar	27	2
Partes relacionadas	–	15.918
Não circulante	**1.688**	**2.105**
Imobilizado	1.433	1.722
Intangível	255	383
Total	**12.820**	**22.629**
Passivo e patrimônio líquido	**2022**	**2021**
Circulante	**13.486**	**5.051**
Fornecedores	157	400
Empréstimos e financiamentos	1.297	1.153
Obrigações trabalhistas	10	541
Obrigações tributárias	55	768
Outras contas a pagar	1.944	1.935
Adiantamentos de clientes	1.487	237
Estoques de terceiros	8.536	17
Não circulante	**–**	**1.926**
Empréstimos e financiamentos	–	1.879
Obrigações tributárias	–	47
Patrimônio líquido	**(666)**	**15.652**
Capital social	1.000	1.000
Reserva legal	–	200
Prejuízo acumulado	(1.666)	14.452
Total	**12.820**	**22.629**

Demonstrações dos Resultados

	2022	2021
Receita líquida	**2.274**	**98.898**
Custo das mercadorias revendidas	(2.304)	(56.636)
Lucro (prejuízo) bruto	**(30)**	**42.262**
(Despesas) e outras receitas		
Despesas gerais e administrativas	(10.963)	(35.091)
Despesas com pessoal	(3.887)	(6.018)
Despesas tributárias	(324)	(319)
Outras receitas e despesas	1.804	1.889
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**(13.400)**	**2.723**
Despesas financeiras	(581)	(7.596)
Receitas financeiras	28	378
Resultado antes dos impostos	**(13.953)**	**(4.495)**
IRPJ e contribuição social	–	(1.618)
Prejuízo líquido do exercício	**(13.953)**	**(6.113)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(13.953)	(6.113)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(13.953)**	**(6.113)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020 (não auditado)	**1.000**	**200**	**22.863**	**–**	**24.063**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(6.113)	(6.113)
Dividendos distribuídos	–	–	(2.298)	–	(2.298)
Reserva de lucros	–	–	(6.113)	6.113	–
Saldos em 31/12/2021	**1.000**	**200**	**14.452**	**–**	**15.652**
Reversão de reserva legal		(200)	200	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	(13.953)	(13.953)
Dividendos distribuídos	–	–	(2.365)		(2.365)
Reserva de lucros	–	–	(12.287)	12.287	–
Saldos em 31/12/2022	**1.000**	**–**	**–**	**(1.666)**	**(666)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2022	2021
Das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	**(13.953)**	**(6.113)**
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido dos exercícios com os recursos provenientes com atividades operacionais		
Depreciação do ativo imobilizado	289	307
Amortização do ativo intangível	128	127
(Reversão) perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(2.154)	2.154
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	193	1.013
	(15.497)	**(2.512)**
Acréscimo/decréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	3.519	16.661
Estoques	(8.557)	8.700
Outras contas a receber	(154)	1.530
Impostos a recuperar	(25)	(2)
Despesas antecipadas	–	22
Fornecedores	(243)	(354)
Obrigações tributárias	(760)	(2.983)
Obrigações trabalhistas	(531)	(90)
Adiantamentos de clientes	1.250	166
Outras contas a pagar	9	357
Estoques de terceiros	8.519	(9.131)
Caixa líquido (consumido) aplicado nas atividades operacionais	**(12.470)**	**12.364**
Das atividades de investimento		
Aquisições no ativo imobilizado	–	(22)
Aquisições no ativo intangível	–	(22)
Caixa consumido nas atividades de investimento	**–**	**(22)**
Das atividades de financiamento		
Pagamentos de empréstimos	(1.590)	(4.621)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(338)	(259)
Distribuição de lucros	(2.365)	(2.298)
Recebimento (concessão) de mútuos a partes relacionadas	15.918	(5.128)
Caixa aplicado (consumido) nas atividades de financiamento	**11.625**	**(12.306)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(845)**	**36**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	901	865
No final do exercício	56	901
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(845)**	**36**

A Diretoria | Andrea Fernanda dos Santos Liberato Mendes – Contadora – CRC 1SP 181.586/O-2

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas completas, estão a disposição dos acionistas e interessados na sede da companhia.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmo. Srs. Administradores e acionistas **Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A. –** Jundiai-SP. **Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações financeiras da Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Razão Distribuidora de Produtos Alimentícios S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas:** A Companhia não implementou o disposto na NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, relativo ao reconhecimento dos contratos de aluguéis em vigor, nas contas contábeis ativas, passivas e de contas de resultado, não tendo esses efeitos refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022. De acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, a Companhia está obrigada a calcular e registrar a depreciação dos bens com base nas respectivas vidas úteis. A revisão dessas vidas úteis deve ser realizada anualmente. Conforme descrito na nota explicativa nº 3.6, a depreciação dos bens foi calculada e registrada utilizando a taxa fiscal e a revisão anual não foi apresentada. Dessa forma, não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos dessa revisão nas demonstrações financeiras de 31/12/2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, mantém registrado na rubrica de contas a receber o montante de R$ 2.119 mil em 31/12/2022, dos quais encontram-se vencidos há longa data. A Companhia não elaborou a análise de realização individualizada dos saldos fins de determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Se a Companhia tivesse efetuado a análise dos créditos vencidos, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02/01/2024. **Crowe Macro Auditores Independentes –** CRC 2SP 033.508/O-1; **Dalton Frias Herculano** – Contador – CRC 1SP 292.951/O-0. **Luciana Toniolo Meira** – Contador- CRC 1SP 254.829/O-8

Petróleo fecha em alta, impulsionado por tensões no Oriente Médio, apesar de estoques e Fed

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta na quarta-feira, 10, em uma sessão volátil, na qual chegaram a operar em território negativo. As cotações tiveram impulso das tensões geopolíticas no Oriente Médio, já que os temores de que os conflitos entre Israel e Irã escalem após ataques a alvos iranianos na Síria persistem. Em certo momento, o tema foi ofuscado por divulgações de indicadores nos Estados Unidos. Os estoques semanais de petróleo no país apresentaram aumento acima do esperado, enquanto a inflação de março se mostrou mais alta do que a antecipada por analistas. Por sua vez, a commodity avançou mais de 1% ao fim do pregão.

O WTI para maio fechou em alta de 1,15% (US$0,98), a US$ 86,21 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para junho subiu 1,19% (US$ 1,06), a US$ 90,48 o barril, na Intercontinental Exchange.

No Oriente Médio, autoridades de Tel Aviv e Teerã trocaram ameaças. Segundo a Bloomberg, os EUA e os seus aliados acreditam que grandes ataques com mísseis ou drones por parte do Irã ou dos seus representantes contra alvos militares e governamentais em Israel são iminentes.

IstoéDinheiro

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 14/04/2011, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho -** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 27/04/2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado e 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho,** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Contribuição de China e Índia para o crescimento do PIB global

Nas últimas duas décadas, o rápido desenvolvimento da China tornou-a o principal motor do crescimento econômico global

Como foi a contribuição em 2023
Em %

China 31 | Índia 17,5 | Resto do mundo 39,5 | EUA 12

Como seria a contribuição em 2028*
Em %

* Se a Índia cumprir metas projetadas para quatro áreas

Fonte: Bloomberg Economics

Publicidade Legal

Juros: taxas têm alta firme com disparada dos Treasuries após inflação nos EUA

Os juros futuros fecharam o dia em alta firme, acompanhando a piora no mercado de Treasuries, com a taxa da T-Note de 10 anos se firmando acima de 4,50%, em movimento justificado pelo índice de inflação ao consumidor (CPI, em inglês) nos Estados Unidos. A ata da reunião do Federal Reserve, realizada há três semanas, ressaltou as preocupações com a inflação e manteve a pressão sobre os ativos. Internamente, o IPCA de março perto do piso das estimativas não foi capaz de se impor como vetor de redução para os prêmios.

No fechamento, as taxas longas subiam 20 pontos-base. A do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025, que terça teve ajuste a 9,937%, estava em 10,020%. O DI para janeiro de 2026 tinha taxa de 10,17%, de 9,98% ontem, e a do DI para janeiro de 2027 subia de 10,30% para 10,51%. A do DI para janeiro de 2029 superava 11%, a 11,05%, de 10,85% terça.

O volume de contratos negociados foi muito acima do padrão, o que, somado ao nível de abertura das taxas, sugere zeragem de posições vendidas em juros, que foram atropeladas pela reprecificação dos ativos com relação à política monetária nos Estados Unidos. O DI mais líquido, janeiro de 2025, girou, no horário acima, 2,3 milhões de contratos, ante média diária de 794 mil nos últimos 30 dias.

O CPI cheio e o núcleo, ambos em 0,4%, vieram pouco acima do esperado (0,3%), mas em 12 meses se mantêm acima dos 3%, ainda longe da meta de 2%. A abertura do dado também não agradou, com destaque para a pressão em serviços. IstoéDinheiro

Bom Pastor Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 52.626.676/0001-99 – NIRE 35.262.449.268

1ª Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento: **Ângelo Geraldo Pereira**, RG nº 11.789.110-1 SSP/SP, CPF nº 849.308.028-49; Único sócio desta Sociedade ("Sociedade"), decide realizar a seguinte alteração: Em virtude do ingressos dos novos sócios abaixo qualificados, o capital social da sociedade é aumentado de R$1.000,00 **para** R$4.861.953,00, mediante a emissão de 4.860.953 novas quotas sociais, que perfazem um montante de R$4.860.953,00. Nesta data, o sócio Ângelo Geraldo Pereira, acima qualificado, exerce o seu direito de retirada, de forma irretratável e irrevogável, nos termos da lei. As sócias ingressantes, **Paraíba 191 Participações Ltda.**, CNPJ 31.229.937/0001-67, NIRE 35231018893; **Edsonena Participações Ltda.**, CNPJ nº 33.454.152/0001-13, NIRE 35231476093; **CAN Participações Ltda.**, CNPJ nº 39.695.869/0001-33, NIRE 35236534989; **ART Participações Ltda.**, CNPJ nº 37.093.326/0001-10, NIRE 35236008969; **NMT Participações Ltda.**, CNPJ nº 37.121.612/0001-42, NIRE 35236014527; **ZCV Participações Ltda.**, CNPJ nº 37.121.612/0001-42, NIRE 35236014527; **OFS Participações Ltda.**, CNPJ nº 36.633.682/0001-17, NIRE 35235940622; **GBP67 Participações Ltda.**, CNPJ nº 52.866.911/0001-08, NIRE 35262583550 ("Sócias Ingressantes") e a sociedade aceitam o exercício do direito de retirada do sócio retirante para formalizar a liquidação de suas quotas sociais. O sócio retirante Ângelo Geraldo Pereira ("Sócio Retirante"), as sócias ingressantes e a sociedade acordam que os haveres devidos pela liquidação das quotas sociais montam em R$1.000,00, pagos mediante transferência de fundos disponíveis pela sociedade ao sócio retirante Ângelo Geraldo Pereira. O sócio retirante outorga a mais plena e irrevogável quitação em relação ao período em que participou do capital social da sociedade, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a qualquer título. O capital social da sociedade será reduzido em R$1.000,00, mediante o cancelamento das 1.000 quotas anteriormente detidas pelo sócio retirante, de modo que o capital social da sociedade passará a ser de R$4.860.953,00, dividido em 4.860.953 quotas representativas do capital social da sociedade. Altera-se o tipo societário da sociedade empresária limitada **para** "sociedade por ações de capital fechado", passando, portanto, a ser regida pela Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), por um estatuto social, e demais disposições legais. Altera-se a denominação social **para** "Bom Pastor Participações S.A.", passando a ser referida também como a "Companhia". As sócias, que passam à condição de acionistas, de comum acordo, aprovam a conversão da totalidade das 4.860.953 quotas sociais da sociedade, que perfazem o montante de R$4.860.953,00, em 4.860.953 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Bom Pastor Participações S.A. é continuação da Bom Pastor Participações Ltda., com os mesmos ativos, passivos, direitos e obrigações, sem qualquer interrupção de sua existência legal. A Companhia continuará a exercer a atividade empresarial com o mesmo objeto social. Aprova-se a fixação de capital autorizado no montante de até R$100.000.000,00. A Companhia será administrada por uma diretoria executiva e por um conselho de administração, os quais serão constituídos e exercerão as atribuições e os poderes conferidos por lei e de acordo com as disposições do Estatuto Social. Elege-se, para compor o conselho de administração: **(i) Ângelo Geraldo Pereira**, RG nº 11.789.110-1 SSP/SP, CPF nº 849.308.028-49; **(ii) Hércules Mariano Pereira**, RG nº 32.571.840-4 SSP/SP, CPF nº 220.416.328-79; **(iii) Nelson Pereira Neto**, RG nº 30.356.900 SSP/SP, CPF nº 260.353.118-22; **(iv) Daniela Samara Pereira**, RG nº 30.356.902 SSP/SP, CPF nº 296.118.118-61; **(v) Antonio Roberto Theresa**, RG nº 9.587.300 SSP/SP, CPF nº 962.313.608-06, todos com mandato de 2 anos a contar desta data. Fica aprovado o Estatuto Social. A administração da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação da transformação ora deliberada. Limeira/SP, 14/12/2023. *Sócio Retirante:* **Ângelo Geraldo Pereira.** *Sócias Ingressantes:* **Paraiba 191 Participações Ltda.** *Por: Ângelo Geraldo Pereira;* **Edsonena Participações Ltda**. *Por: Nelson Pereira Neto;* **ART Participações Ltda.** *Por: Antonio Roberto Theresa;* **NMT Participações Ltda.** *Por: Natal Manoel Thereza;* **ZCV Participações Ltda.** *Por: Silvio Aparecido Bilatto;* **CAN Participações Ltda.** *Por: Carlos Alberto Nicolau;* **OFS Participações Ltda.** *Por: Osvaldo Fernando de Souza;* **GBP67 Participações Ltda.** *Por: Gerson Bernardino.* **Advogado(a): Marcela Steckelberg Nicoletti** OAB/SP: 474.185. **Anexo II. Estatuto Social da Bom Pastor Participações S.A. 1. Denominação Social. 1.1.** A presente sociedade por ações de capital fechado é denominada: **Bom Pastor Participações S.A. 2. Sede e Filiais. 2.1.** A companhia tem a sua sede na Rua Ceará, nº 47 sala 52, Vila Cristovam, Limeira/SP, CEP: 13.480-56. **2.2.** A companhia poderá abrir filiais ou subsidiárias em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **3. Objeto Social. 3.1.** A companhia tem como objeto social a gestão de participação societária, podendo participar no capital de outras sociedades e na administração de bens de sua exclusiva propriedade. **4. Prazo de Duração. 4.1.** O prazo de duração da companhia é indeterminado e com início de atividade na data de sua constituição. **5. Capital Social. 5.1.** O capital social é de R$4.860.953,00, dividido em 4.860.953,00 ações ordinárias, sem valor nominal. **5.2.** O capital social da companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76 e deste estatuto, até o limite de R$100.000.000,00, independente de deliberação da assembleia geral e de reforma estatutária. O aumento de capital, nos limites do capital autorizado aqui previsto, poderá ser realizado com emissão de ações ou bônus de subscrição, mediante deliberação do conselho de administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, respeitados os limites e condições estabelecidas na lei. **5.3.** As ações terão a forma nominativa e a sua propriedade será comprovada pela devida inscrição do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas, sendo vedada a emissão de certificados. **5.4.** Os acionistas terão preferência para subscrição de ações nos aumentos do capital social da Companhia na proporção das que possuírem, pelo prazo mínimo de 30 dias da aprovação do aumento. **5.5.** Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da companhia, respeitadas as disposições de eventual acordo de acionistas. **5.6.** As ações são impenhoráveis, não podendo ser oneradas ou dadas em garantia por dívidas contraídas por um acionista em particular, não se permitindo, também, o arresto ou sequestro destas para garantia na execução de dívidas pessoais. **5.7.** O capital social foi integralmente subscrito e integralizado com quotas da Companhia Nacional de Planos Assistenciais Ltda., Companhia Nacional de Serviços Funerários Ltda., Companhia Nacional de Inteligência e Benefícios Ltda. e Companhia Nacional de Cemitérios e Crematórios Ltda. **6. Assembleia Geral. 6.1.** A assembleia geral de acionistas deliberará sobre todas as matérias de interesse da companhia, no que for pertinente aos seus interesses e aos dos acionistas, e serão realizadas anualmente (ordinária) dentro de 4 meses após o final de cada exercício social ou sempre que necessário (extraordinária), de forma presencial, semipresencial e/ou digital. **6.2.** A assembleia geral, ordinária ou extraordinária, será convocada, com indicação da ordem do dia, (i) pelo conselho de administração ou (ii) pelo conselho fiscal, quando instalado, ou (iii) pelos acionistas, nos casos previstos em lei. **6.2.1.** A convocação será na forma prevista nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76, em horário e data definidos na convocação, juntamente com a ordem do dia. A convocação para assembleias gerais semipresencial ou digital deverá conter o *link* de acesso digital e respeitar os parâmetros da Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81/2020. **6.2.2.** Independentemente das formalidades previstas em lei e neste estatuto, será considerada regular a Assembleia nas quais comparecerem todos os acionistas . **6.3.** Qualquer assembleia geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de ¼ do capital social com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número do capital social com direito a voto. **6.4.** Os trabalhos de qualquer assembleia geral serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário. **6.5.** Das deliberações de qualquer assembleia, será lavrada ata que será assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas, podendo ser publicado apenas o seu extrato, observados os termos da lei para publicações eletrônicas. **6.6.** Ressalvadas as exceções previstas, as deliberações em assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta das ações ordinárias com direito de voto, não se computando os votos em branco. **6.6.1.** Somente poderão tomar parte em qualquer assembleia geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio, até 12 horas antes da data de qualquer assembleia geral. Os acionistas com direitos sociais suspensos não poderão participar de qualquer assembleia geral. **7. Governança Corporativa. 7.1.** A administração da companhia será exercida por um conselho de administração e uma diretoria executiva, bem como fiscalizada pelo conselho fiscal, se instalado, conforme previsto em lei e neste estatuto. **8. Conselho de Administração. 8.1.** O conselho de administração será composto por 5 ou 7 membros, acionistas ou não, todos eleitos com mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos e, a qualquer tempo, destituídos pela assembleia geral. Os conselheiros permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos, estendendo-se o prazo de gestão até esse momento. **8.2.** Os conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse, devendo, para tanto, comprovar o cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 6.404/76. Se o termo não for assinado nos 30 dias seguintes à nomeação, ficará esta sem efeitos, salvo em caso de justificação apresentada por escrito pelo conselheiro e aceita em deliberação da assembleia geral. **8.3.** Na qualidade de administradores qualificados, os conselheiros possuem deveres fiduciários para com a companhia, os acionistas e demais *stakeholders*, incluindo orientar e monitorar a diretoria, atuando como elo entre ela e os acionistas, observando à geração de valor sustentável no curto, médio e longo prazo. **8.4.** A reunião do conselho de administração será convocada pelo conselheiro presidente com, no mínimo, 8 dias de antecedência à data da realização da reunião. A convocação será efetuada por e-mail, contendo as seguintes informações: (i) local físico ou *link* para acesso virtual; (ii) data e hora; (iii) pauta detalhada, especificando os tópicos a serem discutidos; e (iv) eventuais documentos que serão objeto de deliberação. **8.5.** As reuniões ocorrerão de acordo com a deliberação do conselho de administração, sendo que na primeira reunião do ano, será estabelecido um cronograma anual com a expectativa de pauta, temas a serem abordados e data de realização. **8.6.** As reuniões do conselho de administração somente poderão ser instaladas com a presença de todos os conselheiros. **8.7.** Cada conselheiro terá direito a um voto nas deliberações do conselho de administração, sendo que as decisões serão tomadas pela maioria dos votos dos conselheiros. **8.8.** Compete ao conselho de administração, sem prejuízo das demais responsabilidades: (a) fixar a orientação geral dos negócios da companhia, o seu plano estratégico operacional e o orçamento, inclusive de suas sociedades controladas, coligadas e investidas; (b) definir a formatação da diretoria, bem como eleger e destituir os seus membros, inclusive o Diretor Presidente, e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser este estatuto e eventual acordo de acionistas; (c) nomear e destituir o conselheiro presidente; (d) recomendar aos acionistas o plano de desenvolvimento, capacitação, remuneração, forma de pagamento, bonificação e benefícios dos conselheiros; (e) definir o plano de desenvolvimento, capacitação, remuneração, forma de pagamento, bonificação e benefícios dos diretores e demais funcionários da companhia e de suas sociedades controladas, coligadas e investidas; (f) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (g) convocar qualquer assembleia geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei nº 6.404/76; (h) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria para prestar contas aos acionistas; (i) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (j) determinar a aplicação dos recursos dos fundos legais e estatutários, conforme sugestão do Diretor Presidente; (k) escolher e aprovar o agente de avaliação; (l) escolher e destituir os auditores independentes, com o auxílio do Diretor Presidente; (m) definir sobre a criação de comitês específicos; (n) abrir filiais; (o) aprovar o orçamento estratégico e orçamento anual da diretoria; (p) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da companhia ou emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme artigo 5.2 acima; (q) Aprovar a emissão de debentures, obrigação, investimento, endividamento ou outorga de garantias pela companhia em valor superior ou igual a R$50.000.000,00; e (r) gerir riscos. **8.9.** Os conselheiros terão as seguintes responsabilidades: (a) coordenar as iniciativas relacionadas a ESG, incluindo sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa, compliance, auditoria, monitoramento e desenvolvimento de controle de riscos e interações com investidores; (b) elaborar documentos e materiais destes assuntos para deliberação com os demais conselheiros; e (c) fiscalizar os comitês criados. **8.10.** O presidente do conselho de administração terá as seguintes atribuições: (a) presidir e convocar as reuniões do conselho de administração; (b) coordenar as atividades dos conselheiros; (c) garantir que os conselheiros recebam informações completas e oportunas; (d) facilitar a comunicação e interação entre as Acionistas, os demais conselheiros e a Diretoria; **9. Diretoria. 9.1.** A diretoria será composta por no mínimo 1 diretor, este denominado como Diretor Presidente, acionistas ou não, eleitos com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos e, a qualquer tempo, destituídos pelo conselho de administração. Os diretores permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos, estendendo-se o prazo de gestão até esse momento. **9.2.** Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse, devendo, para tanto, comprovar o cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 6.404/76. Se o termo não for assinado nos 30 dias seguintes à nomeação, ficará esta sem efeitos, salvo em caso de justificação apresentada por escrito pelos diretores e aceita em deliberação do conselho de administração. **9.3.** Os diretores deverão ter, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, sendo expressamente vedada a celebração de negócios estranhos aos objetivos sociais, exceto se aprovado de outra forma pelo conselho de administração. **9.4.** A diretoria será investida com plenos poderes para administrar a companhia, podendo representá-la ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, perante terceiros de qualquer natureza, órgãos públicos e privados, repartições, autarquias e associações de classe, quer sejam estes órgãos federais, estaduais ou municipais, nos limites estabelecidos na Lei nº 6.404/76. **9.5.** A representação da companhia se dará isoladamente pelo Diretor Presidente ou por 1 procurador com poderes específicos e devidamente constituído, que poderá contrair (i) todas e quaisquer obrigações, em especial, mas não se limitando a, contratação de empréstimos, financiamentos ou investimentos, abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, emissão de certificado digital no âmbito ICP-Brasil, e (ii) firmar todos e quaisquer contratos, em especial, mas não se limitando a, transferência, oneração e aquisição de qualquer bem, observadas as atribuições exclusivas do conselho de administração e dos acionistas. **9.6.** O Diretor Presidente poderá nomear procuradores para agir em nome da companhia. Os instrumentos de mandato deverão estabelecer os poderes específicos por meio deles outorgados, e terão validade não superior a 3 anos, exceto no caso de mandatos judiciais, que serão por prazo indeterminado. **10. Conselho Fiscal. 10.1.** A companhia poderá ter um conselho fiscal composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, e suplentes em igual número, o qual funcionará em caráter não permanente. O conselho fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei. **10.2.** Os membros do conselho fiscal, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no país, legalmente qualificados, serão eleitos pela assembleia geral que deliberar a instalação do órgão, com mandato até a primeira assembleia geral ordinária que se realizar após a eleição, podendo ser reeleitos ou substituídos. **10.3.** Os membros do conselho fiscal somente farão jus à remuneração que lhes for fixada pela assembleia geral que deliberar pela instalação do órgão, pelo período de funcionamento do conselho fiscal e enquanto estiverem no efetivo exercício das funções. **11. Exercício Social e Destinação de Resultados. 11.1.** O exercício social coincidirá com o ano civil e será encerrado em 31 de dezembro de cada ano, quando se fará a apuração do resultado do exercício e a posição patrimonial da Companhia pelo levantamento das demonstrações exigidas em lei. Dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e as provisões para os tributos legais, sendo o lucro remanescente destinado da seguinte forma: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída nos termos da Lei das S.A.; (b) 0,1% a título de dividendo obrigatório. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar; e (c) O saldo remanescente será destinado nos termos da Lei das S.A. e conforme aprovado pela assembleia geral de acionistas da Companhia. **11.2.** A assembleia geral poderá ainda, e desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar sobre a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou ainda sobre a retenção de todo o lucro líquido, nos termos previstos em lei. **11.3.** A companhia poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais e poderá haver distribuição de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio, observadas as disposições legais e os quóruns de aprovação previstos neste estatuto social. **11.4.** O dividendo será pago, salvo deliberação em contrário, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social. **12. Regência e Acordos. 12.1.** A Companhia reger-se-á pelas disposições constantes deste estatuto social e, nas suas omissões, pela Lei das S.A. **12.2.** Eventuais contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia ficarão arquivados em sua sede, os quais prevalecerão sobre as disposições deste estatuto social nos limites legais. **13. Foro Competente. 13.1.** Fica eleito o foro da comarca de Limeira/SP para a solução de conflitos e o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste estatuto social, com expressa exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Marcela Steckelberg Nicoletti OAB/SP 474.185. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 130.988/24-8 e NIRE 35.300.635.221 em 02/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Criptomoedas: bitcoin se recupera à tarde, após forte baque com inflação nos EUA

O bitcoin avançava moderadamente no final da tarde, em recuperação após ter reagido em baixa à aceleração da inflação ao consumidor nos Estados Unidos. O resultado adiou de junho para setembro a aposta do mercado em corte de juros do Federal Reserve (Fed), o que induziu cautela generalizada nas mesas de operações.

Pouco depois das 16h (de Brasília), o bitcoin subia 0,71%, a US$ 69.327,37, mas o ethereum caía 0,70%, a US$ 3.481,65, de acordo com a Binance.O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) acelerou à taxa anual de 3,5% em março, conforme informou o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos ontem. Após o dado, o mercado adotou postura mais conservadora nas expectativas pelos próximos passos da política monetária americana.

A curva futura agora precifica chance mais forte de o Fed promover apenas um corte de 25 pontos-base nos juros básicos este ano, de acordo com a plataforma de monitoramento do CME Group. Há não mais que uma semana, o cenário mais provável ainda era o de ocorrer uma redução acumulada de 75 pontos-base em 2024, o equivalente a três reduções de 0,25 ponto porcentual.

A reavaliação deflagrou uma aversão ao risco em Wall Street, que se transmitiu aos ativos digitais. No entanto, o movimento no universo de cripto se estabilizou nas horas seguintes, diante de ajustes após a forte baixa da véspera.

O Julius Baer avalia que os preços dos criptoativos podem ficar vulneráveis no curto prazo, em meio a uma deterioração das métricas de liquidez em dólar. IstoéDinheiro

Negócios

BMW vai produzir primeiro carro híbrido plug-in no Brasil

A BMW anunciou nesta quarta (10) a produção nacional de um carro híbrido. O SUV de luxo X5 movido a gasolina e eletricidade será montado em Araquari (SC). É o primeiro modelo com essa tecnologia a ser feito pela marca no Brasil.

Será o modelo mais tecnológico -e mais caro- fabricado no Brasil. Grande parte dos componentes são importados, mas há conteúdo local e etapas suficientes de produção para que o veículo seja considerado nacional.

A montagem terá início no último trimestre deste ano. Hoje, a versão importada dos Estados Unidos custa a partir de R$ 731.950, valor que deve ser mantido, apesar da futura nacionalização."O objetivo é atender ao mercado brasileiro, além de monitorar as possibilidades de exportação", diz Reiner Braun, CEO da BMW para America Latina. Com tecnologia plug-in, o carro pode ser recarregado na tomada. A potência combinada chega a 490 cv. No modo elétrico, é possível rodar aproximadamente 100 quilômetros.

Não há, contudo, planos para uma versão híbrida flex, que seria capaz de rodar também com etanol. A marca ainda oferece um modelo que pode ser abastecido com o combustível de origem renovável, o sedã 320i Active Flex. Braun afirma que, se o mercado caminhar ainda mais em direção ao flex, a BMW pode se adaptar a isso. "Mas não vamos especular sobre esse tema agora."A fábrica catarinense completa 10 anos em 2024. Além da linha de montagem, essa unidade abriga o centro de engenharia da fabricante na América Latina. Segundo Michael Nikolaides, head de produção e logística do grupo BMW, também seria possível produzir modelos 100% elétricos em Araquari. "A fábrica é flexível, e [a decisão de produzir elétricos] depende da demanda do mercado", afirma Nikolaides.

Reiner Braun diz que a mudança para a eletrificação está relacionada aos bons resultados da montadora na região, em que o Brasil é o principal mercado para a marca alemã. "Hoje, um de cada quatro carros vendidos pela BMW no país tem tecnologia híbrida plug-in [que pode ser recarregada na tomada] ou 100% elétrica", afirma Braun.

Eduardo Sodré/Folhapress

3G Capital, de Lemann, vende participação na Kraft Heinz e sai do negócio

O trio de bilionários Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Carlos Alberto Sicupira não está mais entre os donos da Kraft Heinz. A operação de saída da 3G Capital, empresa de investimentos do grupo, foi confirmada pela gigante alimentícia à rede CNBC. A IstoÉ Dinheiro apurou que o processo começou em 2022 e terminou em 2023, embora tenha sido descoberto somente agora.

A Heinz afirma que descobriu a saída da 3G recentemente por meio de um documento regulatório. "A 3G não esteve envolvida na gestão da Kraft Heinz (KHC) nem esteve no conselho há vários anos. Eles continuaram sendo investidores e foram tratados como qualquer investidor", disse a Kraft Heinz em comunicado à CNBC.

A IstoÉ Dinheiro questionou a 3G sobre os motivos da saída da Heinz, mas a empresa informou que não vai se pronunciar.

A Heinz era controlada pela 3G e pela Berkshire Hathaway, de Warren Buffett, em um negócio iniciado em 2013. Mas a Berkshire segue com sua posição de 26,8%, ainda segundo informações da companhia à CNBC.

A chegada do trio foi considerada promissora pelo mercado à época, mas a gestão incluiu controvérsias como a acusação de falsificação de contratos pela comissão reguladora do mercado de capitais nos Estados Unidos (SEC, na sigla em inglês). Em fevereiro de 2029, foram apontadas inconsistências em balanços de 2016, 2017 e 2018. A acusação era de falsificação de contratos com fornecedores, resultando em lucros superestimados.

A Kraft Heinz teve que republicar seus resultados, revelando perdas de US$ 15,4 bilhões. Além disso, em 2021, a empresa fez um acordo com a SEC e pagou multa de US$ 62 milhões. As investigações foram encerradas.

IstoéDinheiro

Atvos construirá fábrica de biometano com investimento de R$ 350 milhões

A Atvos vai construir sua primeira unidade de biometano a partir de resíduos da cana-de-açúcar. A unidade que ficará localizada em Nova Alvorada do Sul (MS), onde a companhia já tem uma unidade para a produção de etanol, e deve receber investimentos superiores a R$ 350 milhões. A unidade terá capacidade instalada de 28 milhões de metros cúbicos de biometano. Vinhaça e a torta de filtro, resíduos resultantes da cadeia produtiva da cana, serão utilizados como insumos na unidade, que ocupará área de 150 mil metros quadrados.

"A implantação da fábrica de biometano na Unidade Santa Luzia (USL) marcará a entrada da Atvos no mercado de gás natural de origem renovável, com o diferencial de produzi-lo em larga escala para atender uma demanda que não para de crescer. Ao mesmo tempo, ampliamos nosso portfólio de soluções sustentáveis, e, sobretudo, contribuímos efetivamente para a transição da matriz energética, seguindo um conceito de economia circular, ao darmos destino e gerarmos novas receitas a partir de resíduos da nossa cadeia de produção", disse o CEO da Atvos, Bruno Serapião, em nota.

A Atvos trabalha com a perspectiva de que as obras da unidade de biometano sejam iniciadas ainda neste ano. A companhia explicou que a substituição do diesel utilizado pela companhia e seus parceiros será o principal destino da produção do biocombustível.

"No caso da Usina Santa Luzia, a produção deve ser direcionada para o abastecimento de parte da frota logística da companhia e de seus parceiros, almejando reduzir em até 40%, no médio prazo, o uso do diesel. O volume excedente deve ser direcionado para os municípios do entorno", disse Serapião. Além de substituir o diesel, o biocombustível também pode ser utilizado para uso industrial, em substituição ao Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e ao óleo combustível, e até mesmo em usinas termoelétricas.

IstoéDinheiro